2019.10000.10032.9,033348	(página	1
2019.10000.10032.9.033348 MM/DL/DIAC/DECUM	., .	

PROP	OSITURA	Ph	
No.	26	8/2016	
-: 0 1	la .		
FLS A	J°		
	NATURA_	150)90	





PROJETO DE LEI № 268/2019

AUTORIA: VEREADOR RONALDO TABOSA

ASSUNTO: Torna obrigatória a comunicação, pelos cartórios de Registro de Imóveis à Prefeitura Municipal, de operações de compra e venda ou de qualquer forma de transferência de propriedade de bens imóveis localizados em sua circunscrição, na forma que especifica, e dá outras providências".

PARECER PL/CMM

PROJETO DE LEI. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE CARTÓRIOS. LEI FEDERAL N 8935/94 e Lei 6015/73. ILEGALIDADE

Encontra-se nessa Procuradoria Geral, para emissão de parecer, Projeto de Lei, versando sobre assunto acima mencionado.

Foi encaminhado a esta Procuradoria pela Comissão de Constituição e Justiça, para emissão de parecer opinativo.

Não é demais lembrar que o Parecer da Procuradoria é apenas opinativo, não vinculando nem a Comissão de Constituição e Justiça, nem o Plenário desta Casa Legislativa, tendo como análise apenas o aspecto legal e constitucional da propositura, sendo completamente imparcial, sem adentrar ao aspecto político.

Analisando o projeto, somos do entendimento de que o Legislador Municipal não poder legislar obrigações cartorárias, por possuírem direitos e deveres funcionais com atos exclusivos, estabelecidos na Lei 8935/94 e Lei 6015/73.

Assim, entende-se que o projeto é ilegal, pelas razões acima expostas.

Manaus, 16 de outubro de 2019.

PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO Procuradora da CMM



2019.10000.10030.9.033476	(página	1)
CMM/DL/DIAC/DECOM		

PROPOSITURA	PL_
N°	268/2019
ELC No.	





N°	268/2019
100 ca	
FLS N°	~/
ASSINATURA _	ISO 9001

PROCURADORIA GERAL

PROJETO DE LEI Nº 268/2019

AUTORIA: VEREADOR RONALDO TABOSA

ASSUNTO: Torna obrigatória a comunicação, pelos cartórios de Registro de Imóveis à Prefeitura Municipal, de operações de compra e venda ou de gualquer forma de transferência de propriedade de bens imóveis localizados em sua circunscrição, na forma que especifica, e dá outras providências".

DESPACHO

Acolho, por suas jurídicas razões, o bem lançado pronunciamento da ilustre Procuradora Dra. PRYSCILA FREIRE DE CARVALHO, com base nos seus jurídicos fundamentos.

Sendo este o entendimento desta Procuradoria.

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL, em Manaus, 17 de outubro de 2019.

> ROBERTO TATSUO NAKAJIMA FERNANDES NETO Procurador Geral

